

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DIANTE DE UM MOMENTO DE CRISE ESTRUTURAL.

Beatriz Pimenta de Oliveira¹

Bianca Pimenta de Oliveira²

A educação ambiental no Brasil consiste em um campo de conhecimento e de atividade política-pedagógica que nasce junto com os movimentos ambientais, iniciados na década de 70 e se concretiza na década de 80. No surgimento desse novo campo amplo de conhecimento, se pode observar uma pluralidade das diversas disciplinas científicas – pedagógicas sociológicas e filosóficas – onde os protagonistas são atores e movimentos sociais.

A tendência crítica é uma dessas perspectivas político pedagógicas centrais dentro do campo e é à sua compreensão que o presente artigo se dedica. Nesse sentido, propõe uma interpretação histórica e sociológica de suas origens sociais e políticas, de suas influências culturais, dos conflitos e das bases teórico conceituais que permitiram formular essa perspectiva particular de abordagem da relação entre a educação, a sociedade e as questões ambientais.

A compreensão dos processos históricos, de diferenciação dos campos sociais e de seu desenvolvimento no interior da sociedade não só ilumina o passado, mas auxilia a compreensão e a ação presentes e a construção do futuro. Sempre quando aprofundamos a nossa consciência e discernimento sobre os processos sócio-históricos ampliamos nossas possibilidades de escolha e nossa liberdade de ação frente a vasta e confusa oferta de informação que caracteriza o mundo contemporâneo. No caso da educação ambiental e do pensamento crítico essa reflexão se valida tanto em relação à contribuição já acumulada quanto em relação aos novos desafios e debates criados e multiplicados continuamente pelo avanço da degradação de nosso ecossistema e das próprias relações sociais, pelo aprofundamento das desigualdades e exclusões sociais, pela enganosa difusão de discursos como o desenvolvimento sustentável, da educação para o desenvolvimento e pela naturalização do mercado e das ideologias neoliberais como referências de tentativa da regulação da crise estrutural.

O debate entre relações de trabalho, meio ambiente e desenvolvimento econômico se faz cada vez mais atuais na medida em que vivemos um momento de crise onde toda a sociedade se pergunta até onde teremos recursos ambientais para sustentar a lógica do nosso sistema, e como viabilizar, se possíveis, um “suposto” desenvolvimento sustentável.

A degradação ambiental e a crise do trabalho (CASTEL, 1998), e a consequente queda na qualidade de vida e na disparidade que vem se atenuando entre as classes sociais, estão a exigir ao nosso entender uma discussão que aprofunde a compreensão entre trabalho, meio ambiente, e desenvolvimento econômico, pois se questiona até que ponto os recursos naturais e a humanidade suportarão o modelo hegemônico de produção, trabalho e consumo.

István Mészáros discute a crise estrutural do capital e possibilidades do surgimento de uma sociedade alternativa. Ele defende que a crise econômica que se iniciou em 2007, com os problemas do sistema imobiliário dos Estados Unidos, e que se reverberou no mundo em 2008, muito além de uma crise pontual, passageira, efêmera; estaria associada a uma tensão estrutural do sistema movido pela lógica do capital, e assim, necessita de uma resposta que tenha a mesma abrangência, se a humanidade pretende superar as várias ameaças que esse sistema acaba por causar na sociedade – como tecnologias desenvolvidas para uma aparato bélico de destruição em massa e o impacto destrutivo do capitalismo selvagem sobre o meio ambiente.

Defende assim, que os países capitalistas avançados são os mais destrutivos e, em sua visão, de alguma forma voltam ao estado de barbárie. A tendência é produzir cada vez mais, ao mesmo tempo em que se esgotam os recursos naturais e humanos¹, onde esses mesmos países optam por explorar os recursos de países periféricos. E se tentam resolver o problema de escassez por meio de guerras, conflitos com grandes destruições.

“O trabalho não é a fonte de toda a riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (que são os que verdadeiramente integram a riqueza material), nem mais nem menos que o trabalho, que não é mais que a manifestação de uma força natural, da força de trabalho do homem”

(Karl Marx, Crítica do Programa de Gotha)

¹Nesse trecho faço uma distinção entre os recursos naturais e recursos humanos, na intenção de dar ênfase, pois acredito que os recursos humanos estão inclusos entre os recursos naturais, visto que, os seres humanos integram o meio ambiente, ou seja, fazem parte dele e não são algo segregado ou superior como disseminou o racionalismo do século XVI.

Decisivos nessa articulação ontológica entre o fundante e o fundado do ser social são dois aspectos. O primeiro deles é que o *trabalho é fundante do ser social* (LUKÁCS, 1979) porque, ao realizar o intercâmbio orgânico com a natureza, gera possibilidades e necessidades que não podem mais ser nem atendidas nem exploradas no intercâmbio com o ser natural. Ou seja, o trabalho insere o mundo dos homens em um processo reprodutivo que requer, pela sua própria essência, a criação de novos complexos sociais (distintos do trabalho) para explorar as novas possibilidades e para atender às novas necessidades geradas predominantemente na esfera do trabalho. Os novos complexos sociais, por sua vez, também geram novas necessidades e possibilidades que podem exigir o desenvolvimento de tais complexos, a criação de outros complexos ou, ainda, o desenvolvimento da totalidade social de modo mais direto e imediato. Em cada caso, as necessidades e possibilidades geradas tanto na esfera do trabalho quanto aquelas produzidas nos demais complexos sociais fazem parte do complexo processo que é o "afastamento das barreiras naturais" (Marx, 2008).

Portanto, se o trabalho é a categoria fundante do ser social, se as formas históricas particulares do trabalho, sejam eles primitivo, escravo, servil, proletário, entre outros, são fundantes das formações sociais particulares, ou mesmo sociedade primitiva, escravismo, feudalismo, capitalismo, disso não resulta que a totalidade social possa ser redutível ao trabalho. Pelo contrário, entre a totalidade social e o trabalho há uma relação entre o que é fundante - o trabalho - e o que é fundado - a totalidade social. Isso faz com que qualquer identidade entre esses dois termos seja a mais completa impossibilidade ontológica. Este o primeiro aspecto importante dessa relação que nos parece ser comum a Lukács e Mészáros.

O segundo aspecto nos remeterá mais diretamente ao tema proposto: o fato de ser o trabalho a categoria fundante faz com que o modo historicamente particular, em que se realiza o intercâmbio com a natureza, funde as possibilidades de desenvolvimento de inteiros períodos históricos, justamente os modos de produção. Novamente, os modos de produção não são redutíveis ao trabalho; todavia, o fato de o trabalho cumprir a função social decisiva da reprodução social faz com que as necessidades e possibilidades que surgem nessa esfera tenham um peso e uma influência tendencialmente maior na reprodução social que aquelas geradas nos outros complexos sociais. Por exemplo, a impossibilidade da existência das classes sociais no período

primitivo é fundada pelas peculiaridades do trabalho primitivo; os enormes obstáculos ao desenvolvimento de tecnologias no escravismo é fundado pelas particularidades do trabalho escravo; o beco sem saída a que o desenvolvimento das forças produtivas conduziu o feudalismo tem no trabalho servil seu momento fundante; no capitalismo maduro é o trabalho proletário que funda a contradição antagônica entre o pleno desenvolvimento das forças produtivas e a propriedade privada. Desse modo, relacionando o que está a ela ontologicamente associado: o Estado, a política, o casamento monogâmico, as classes sociais, e assim por diante. As tendências mais universais do desenvolvimento histórico são fundadas pelo trabalho em geral; as tendências particulares de desenvolvimento de cada modo de produção são fundadas pela forma historicamente específica com que o trabalho comparece em cada momento e, ainda, a reprodução social sendo a consubstanciação da totalidade das mediações em cada caso.

Nesse contexto, os limites e possibilidades históricas das formações sociais particulares relacionam-se predominantemente com as potencialidades e limites históricos das formas particulares de trabalho que lhes fundam – analogamente a como é o trabalho que funda as possibilidades e limites de desenvolvimento ao ser social em sua máxima universalidade.

É por essa razão que a história da humanidade é composta por uma sucessão de modos de produção: na medida em que o intercâmbio orgânico com a natureza vai se transformando como resultado do dever ser dos homens, as relações sociais vão também se desenvolvendo tanto para atender às novas necessidades geradas nesse processo como também para explorar as novas possibilidades históricas ao desenvolvimento social nele produzidas. As transições entre os modos de produção correspondem aos saltos ontológicos no interior do desenvolvimento do intercâmbio com a natureza. E, aqui, para evitar equívocos, talvez seja bom repetir: isso não significa que a história da humanidade seja redutível ao intercâmbio com a natureza. É exatamente do oposto que se trata: por mais importante que seja o desenvolvimento do trabalho – e ele certamente o é –, seu peso decisivo na reprodução social tem por fundamento o fato de que gera possibilidades e necessidades que não podem ser atendidas pelo próprio trabalho.

Em poucas palavras, fato de o trabalho ser fundante é a razão de a totalidade social não ser redutível ao trabalho e, analogamente, de a história humana não se reduzir

ao desenvolvimento do intercâmbio dos homens com a natureza. Portanto, a correspondência entre os saltos ontológicos no intercâmbio homem/natureza e o desenvolvimento dos modos de produção é tudo menos direta ou imediata e sempre tem por mediação decisiva o complexo que Lukács, em sua *Ontologia*, denominou reprodução social – como já dissemos. E esse é também um aspecto que parece haver ampla convergência entre Mészáros e Lukács.

Trabalho, modo de produção e classes sociais

Sendo o trabalho a categoria fundante, na relação entre produção e distribuição é a primeira que predomina sobre a segunda. Em outras palavras, a produção determina a distribuição porque o que será produzido já contém o modo como será distribuído. Na sociedade primitiva, o parco afastamento das barreiras naturais fazia com que a única possibilidade de intercâmbio com a natureza fosse a coleta do já pronto a ser consumido. Naquelas condições, a produtividade era tão baixa que o rendimento do tempo gasto na exploração do trabalho era inferior ao rendimento de igual tempo de coleta: a exploração do homem pelo homem era uma impossibilidade histórica absoluta. Produzia-se o que era o mais urgente para a sobrevivência a partir das possibilidades imediatas ofertadas pela natureza. A sociedade tinha, por isso, necessariamente que ser um agrupamento nômade de poucos indivíduos; as ferramentas tinham que ser descartáveis porque não era possível carregá-las; a proporção entre adultos produtivos, crianças, velhos e mulheres grávidas tinha que ser precisamente controlada para maximizar as possibilidades de sobrevivência e, ao mesmo tempo, minimizar os riscos da carência de alimentos, etc.

O trabalho primitivo, portanto, funda uma sociabilidade que desconhece as classes sociais, a exploração do homem pelo homem – portanto, a propriedade privada – , o casamento monogâmico (o patriarcalismo) e o Estado; era o que Marx e Engels denominaram de "comunismo primitivo". E enquanto tal forma peculiar de trabalho não foi superada, a humanidade conheceu o modo de produção primitivo.

O fato de o trabalho produzir sempre necessidades e possibilidades que remetem para além do trabalho enquanto tal – parafraseando uma famosa passagem da *Ontologia* de Lukács – fez com que, a partir de um determinado ponto da história, o desenvolvimento cotidiano da relação do homem com a natureza passasse por um salto ontológico. O lento acúmulo da experiência no trato com a natureza, o desenvolvimento

das capacidades humanas que se reflete em uma coleta que vai se tornando crescentemente sistemática e que possibilita o aumento da produtividade do trabalho, o aperfeiçoamento da divisão das tarefas no interior do bando, etc., conduziu à descoberta da semente há aproximadamente doze mil anos atrás. Com o aparecimento da agricultura, da pecuária e dos animais domésticos, a relação do homem com a natureza adquiriu uma qualidade que não possuía antes: o trabalho excedente.

Em poucas palavras, pela primeira vez o indivíduo que planta e/ou cuida dos animais consegue produzir mais do que o indispensável para a sua sobrevivência imediata. Se, antes, o que se produzia era imediatamente consumido, agora há a uma nova situação, plena de novas potencialidades e necessidades. Ao invés do nomadismo, as sociedades vão se transformando em sedentárias. A produção para o consumo imediato é substituída por uma produção que deve ser armazenada e consumida ao longo do ano – e, portanto, devem-se desenvolver mecanismos sociais para a distribuição do produzido. Novas relações sociais, novos critérios de organização das relações entre os indivíduos, novas necessidades que antes sequer eram consideradas devem agora ser atendidas. As novas possibilidades históricas advindas com a agricultura impõem novas necessidades e abrem novos horizontes ao desenvolvimento humano; necessidades e horizontes antes inexistentes.

É nesse contexto histórico que a exploração do homem pelo homem passa a ser mais produtiva do que o rendimento do próprio trabalho. Se antes o tempo gasto para se controlar o trabalho do indivíduo a ser explorado resultava em uma produção inferior ao que se obteria diretamente pelo trabalho próprio, agora a situação se inverte. Pela utilização das armas, antes ferramentas empregadas para a caça dos grandes animais, tornou-se possível, em um primeiro momento, fazer a guerra e se apoderar da safra acumulada. Em um segundo momento, ao invés de se destruir a aldeia, descobre-se que melhor é coletar anualmente um imposto equivalente a uma porção do produzido - mantendo a aldeia para ser novamente expropriada no ano seguinte. E, finalmente, a alternativa que se revelou a mais produtiva: conquista-se pela força das armas a aldeia a ser expropriada, matam-se todos aqueles que não são capazes de gerar trabalho excedente, como, velhos, crianças, mulheres, e convertem-se todos os outros em escravos. A atividade dos dominadores passou a se concentrar agora na organização da aplicação cotidiana da violência, só assim é possível obrigar os trabalhadores a produzirem a riqueza daqueles que os dominam. A propriedade privada fez, pela

violência, sua entrada na história da humanidade. E nem poderia ser de outro modo: está ainda para surgir uma modalidade de exploração do homem pelo homem que não se apoie na aplicação cotidiana da violência. Violência e propriedade privada convergem diretamente: aspectos distintos da mesma totalidade social que surge com a agricultura, que é fundada pelo trabalho excedente.

A fase histórica marcada pela presença necessária das classes sociais inclui o modo de produção asiático, o modo de produção escravista, o feudal e a acumulação primitiva do capital. É o período histórico que vai dos grandes impérios da antiguidade no Ocidente, dos grandes impérios do modo de produção asiático (no Oriente e na América Latina), até o apogeu das grandes navegações, o desenvolvimento do mercado mundial e das manufaturas que marcou o período moderno. A característica marcante desse período histórico é o fato de que ao se produzir a riqueza da classe dominante já é determinada a distribuição do produzido: os trabalhadores serão expropriados pela – imprescindível – aplicação cotidiana da violência por parte da classe dominante e seus auxiliares diretos; a riqueza produzida será convertida em propriedade privada da classe dominante que, com base nela, financiará a manutenção de todos os complexos sociais imprescindíveis à aplicação da violência sobre os trabalhadores – exército, polícia, burocracia, torturadores, Direito – o Estado, enfim.

As classes sociais receberam, então, seu estatuto ontológico acabado: são fundadas pela forma peculiar do trabalho em cada modo de produção. O trabalho escravo funda o antagonismo escravos/senhores de escravos; o trabalho servil funda o antagonismo servo/senhores feudais e o trabalho proletário funda o antagonismo proletariado/burguesia. As classes sociais se distinguem pelo lugar que ocupam na estrutura produtiva da sociedade; ou seja, pela posição relativa que ocupam em relação ao trabalho no interior de cada sociedade. A cada forma histórica peculiar da classe trabalhadora, camponeses asiáticos, escravos, servos, proletários, corresponde uma classe dominante; a superação dos modos de produção é também a superação das suas classes fundamentais e, inversamente, é impossível o desaparecimento de uma delas sem o simultâneo desaparecimento da sua contrapartida histórica.

Modo de produção e trabalho estão, portanto, necessariamente articulados. É o fato de o trabalho ser fundante do ser social que faz com que cada uma de suas particularizações seja fundante dos distintos modos de produção. Isto esboçado,

podemos passar à parte final deste artigo: o que há no trabalho proletário, aquele que funda o capitalismo contemporâneo que faz com que o modo de produção capitalista maduro seja o primeiro a conhecer a possibilidade histórica da superação da sociedade de classes. E, ao nos dirigirmos a esse tópico, nos aproximamos do terreno em que as primeiras diferenças importantes entre Lukács e Mészáros começam a se manifestar.

Assim como o trabalho funda a passagem do natural ao social, o trabalho primitivo funda o modo de produção primitivo, o trabalho servil funda o modo de produção feudal, o trabalho proletário funda o modo de produção capitalista e o trabalho associado fundará o modo de produção comunista. O conceito de modo de produção está, portanto, estreitamente articulado ao trabalho enquanto categoria fundante do ser social (LUKÁCS, 1979).

Cada modo de produção conta com a organização societária que brota da sua modalidade de intercâmbio orgânico com a natureza. O trabalho primitivo funda uma sociedade sem classes porque ainda não conhece o trabalho excedente; por sua vez, a confluência da carência com o trabalho excedente está na origem das sociedades de classe. O trabalho escravista funda a sociedade composta por senhores de escravos, assalariados e escravos; o trabalho servil funda a ordem social formado pelos senhores feudais e os servos ; o trabalho abstrato do proletariado funda a sociedade burguesa: capitalistas e operários, com as "classes de transição" servindo de auxiliar na expropriação dos operários. Superada a carência pela Revolução Industrial, abre-se a transição para além das sociedades de classe. Tal como o desenvolvimento das forças produtivas exigiu o aparecimento das classes sociais após a Revolução Neolítica, a abundância requer a superação das mesmas para que o desenvolvimento humano possa prosseguir em sua plenitude. Esta é a necessidade histórica da revolução proletária. Se e quando tal necessidade será atendida é algo que depende da evolução histórica futura. Podemos ir ao socialismo ou à barbárie – "se tivermos sorte", acrescentaria Mészáros, pois poderemos terminar com a extinção da humanidade.

Trabalho e modo de produção estão, em Lukács e Mészáros, intimamente articulados. As classes sociais são fundadas pela particularidade histórica do trabalho excedente em cada período; analogamente, a possibilidade e a necessidade de sua superação têm suas raízes nas particularidades históricas do trabalho proletário.

A abundância, fundada pela conversão do trabalho artesão e servil em trabalho proletário, graças ao complexo processo histórico da Acumulação Primitiva e da Revolução Industrial (MARX, 2008), abre novas possibilidades e novas necessidades históricas à humanidade. Nas novas condições do intercâmbio orgânico com a natureza, a abundância se impõe como uma situação insuperável do mesmo modo como a carência foi insuperável por milhares de anos entre a Revolução Neolítica e o início do século XIX. Não há como, no modo de produção capitalista desenvolvido, a produção não ser muito maior do que a necessidade: esta é uma determinação ontológica insuperável dos nossos dias.

Nessas condições, a propriedade privada, as classes sociais, a exploração do homem pelo homem, o Estado, o Direito, a política, o casamento monogâmico, o dinheiro, o mercado, o individualismo burguês, numa lista que poderia prosseguir, se convertem em principal obstáculo para o desenvolvimento posterior das próprias forças produtivas e, portanto, para o avanço do processo de humanização e hominização dos homens. A superação da propriedade privada é, assim, uma necessidade histórica tão inescapável em nossos dias quanto, no passado, foi sua mediação para o mais rápido desenvolvimento das forças produtivas.

Essas são, em linhas gerais e de forma muito introdutória, o que nos parece haver de continuidade entre a *Ontologia* de Lukács e *Para além do capital* de Mészáros, ao se tratar da relação entre modo de produção e trabalho. É certo que o desenvolvimento das investigações trará novos elementos e possibilitará compreender melhor a relação entre os dois grandes pensadores. Hoje, todavia, parece-nos razoável adiantar, mesmo que do modo mais provisório, que seriam essas as articulações fundamentais entre eles no que concerne ao tema que aqui examinamos.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, R. L. C. **Adeus ao Trabalho?** : Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7a. ed. ampl. – São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** 13ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995. Trad. de Leandro Konde

LUKÁCS, György. **Ontologia do Ser Social: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx.** [Trad. Carlos Nelson Coltinho] São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, 174 p.

MARX, Karl e ENGELS, Frederich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Vozes, 1998.

MARX, Karl. **Manuscritos Económicos-Filosóficos.** Edições 70, 1993

MARX, Karl. **O Capital, crítica da economia política.** Vol. 3. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A crise do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009. Tradução Francisco Raul Cornejo *et al.*

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** In: Revista Outubro, Nº. 4, p.7-16, 2000. Disponível em: < www.revistaoutubro.com.br > acesso em Abril de 2011

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo. **Lukács. Coleção grandes cientistas sociais.** São Paulo, Ática, 1989.